

# Comissão deve cuidar das leis ordinárias

Ficou decidido, na reunião de ontem do Conselho Político do Governo, que 15 por cento da Câmara e 15 por cento do Senado (cerca de 60 deputados e 10 Senadores) comporão uma comissão legislativa, uma espécie de Congresso para elaborar as leis ordinárias, concomitantemente com a futura Assembléia Nacional Constituinte.

Essa Câmara Legislativa ordinária funcionará no plenário do Senado, cabendo à Constituinte exercer suas funções, em regime de tempo integral, no plenário da Câmara, que costuma ser utilizado para as reuniões plenárias do Congresso Nacional, nas grandes votações. Ulysses manifestou preocupação com uma melhor coordenação das estruturas existentes, de forma a não criar maior espaço.

## OUTRAS QUESTOES

A questão do quorum de deliberação na nova Assembléia Nacional Constituinte foi objeto de exame por parte do presidente Ulysses Guimarães e das lideranças da Aliança Democrática, mas não se chegou a nenhuma conclusão a esse respeito.

Pimenta da Veiga admitiu que o quorum mais conveniente de deliberação talvez fosse o de maioria absoluta, sabendo-se que Ulysses tem simpatia pelo de maioria simples, embora não esteja disposto a

defendê-lo abertamente sem antes promover uma consulta para apurar as opiniões entre seus aliados.

Pimenta afirmou que haverá votações permanentes e que, se não houver quorum na Constituinte, "seria o fim". Expressou, contudo, a opinião de que a Constituinte trabalhará em regime de tempo integral com uma grande presença de seus integrantes, tendo em vista que ela motiva os diferentes interesses da sociedade.

Ulysses afirmou que a emenda constitucional proposta pelo Presidente da República ao Congresso deve ser a mais enxuta possível, não entrando em detalhes que podem ser estabelecidos pela Constituinte. "Se entrarmos em detalhes sobre o regimento interno da Constituinte ela poderá, soberanamente, mudar tudo", afirmou Pimenta.

Quanto à dívida externa, Ulysses disse, na reunião com as lideranças da Aliança Democrática, que já se firmou a posição do Governo de não alterar uma só vírgula na política gradualista de combate à inflação e ao déficit público para que o País cresça ao nível anual de 5 por cento e a recessão não imponha ainda maiores sacrifícios. Segundo Ulysses, o Presidente não está disposto a fazer concessões ao sistema financeiro intrinternacional, particularmente o FMI, quanto a isso.